

ATA 351 – 25/11/2021

1
2 Aos vinte e cinco dias do mês de novembro de dois mil e vinte um, às quatorze horas, realizou-se a
3 reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Ponta Grossa, em sua sede na Rua
4 Joaquim Nabuco nº 59 e virtualmente através do aplicativo Google Meet e presencialmente na sala
5 do CMAS, sob a convocação de seu presidente Armando Madalosso Vieira. Fizeram-se presentes os
6 seguintes **conselheiros governamentais titulares**: Lucília do Rocio Lopes Andrade e Karina
7 Muehlbauer (Fundação de Assistência Social de Ponta Grossa/FASPG); Leni Aparecida Viana da
8 Rocha (Secretaria Municipal de Educação); Deborah Maria Diretrich Lechiu (Secretaria Municipal de
9 Cidadania e Segurança Pública). **Os conselheiros não governamentais titulares**: Beatriz de Souza
10 (Proteção Social de Média Complexidade); Camila Gomes de Barros, Adrianis Galdino da Silva Junior
11 e Valquíria Verwiebe (Profissionais da Área de Assistência Social); Armando Madalosso Vieira
12 (Entidades de Proteção Social Básica); Silmara Raquel Chagas de Freitas e Cleuci Mara Barbosa
13 Martins (Usuários da Assistência Social). **Os conselheiros governamentais suplentes no exercício
14 da titularidade**: Monica Mongruel (Fundação de Assistência Social de Ponta Grossa/FASPG). **Os
15 conselheiros não governamentais suplentes**: Laerte Bittencourt Filho (Proteção Social de Média
16 Complexidade); Ana Paula Almeida Rocha Ohata (Profissionais da Área de Assistência Social);
17 Beatriz Martins Ciriaco de Francisco (Entidades de Proteção Social Básica). Justificou a ausência a
18 conselheira: Sandra Regina Wichert Cisco. Estiveram presentes os seguintes convidados: Consuelo
19 Szczerepa Lopes e Giovana Krubniki (Ministério Público); Margarida (GERAR); Viviane Orłowski;
20 Priscila Pinheiro; Marcia Barboza. A secretária executiva Thais do Prado Dias Verillo e agente
21 administrativa Maria Aparecida da Silva. A plenária contou com a seguinte pauta: 1- Apreciação e
22 aprovação da pauta; 2- Aprovação da ata nº 350; 3- Informes; 4- Relato da Comissão de
23 Documentação e Cadastro de Entidades sobre: 4.1 - Aprovação da manutenção da inscrição CMAS,
24 10 entidades (Paulo de Tarso, SOS, GAAN, Renascer, Melhor Viver, LBV, CIEE, Tio Barros,
25 Associação Amigos da Pessoas Idosa, Instituto João XXIII); 5- Relato da Comissão de
26 Acompanhamento do Fundo Municipal de Assistência Social: 5.1. Apreciação do Relatório da
27 Movimentação Financeira do FMAS de novembro 2020 a outubro 2021 dos Recursos Federais e
28 Estaduais; 6 – Relato da Comissão de Acompanhamento do SUAS: 6.1 – Apreciação do Censo SUAS
29 – Conselho; 7 - Proposta de data do dia 16/12/2021 (quinta-feira) para plenária do mês de dezembro,
30 para aprovação. O presidente Sr. Armando iniciou a reunião cumprimentando a todos e colocando
31 a pauta para apreciação e aprovação, fizeram solicitação de inclusão de pauta nos informes os
32 conselheiros: Adrianis, sobre o Acessuas, Karina sobre a Central de Vagas e o presidente Sr.
33 Armando sobre ofício recebido da FASPG. O presidente colocou a ata nº 350 para apreciação e
34 aprovação e não havendo nenhuma manifestação foi aprovada por unanimidade. A secretária Thais
35 informou que as prestações de contas dos recursos estaduais estão todas corretas e foram enviadas
36 em tempo hábil. Informou também que a comissão eleitoral da Mesa de Negociação ficou composta
37 pelos conselheiros Lucília – governamental, Laerte e Beatriz Ciriaco – não governamentais, que será
38 elaborado um documento para informar a composição da comissão à Gestão do Trabalho, a qual está
39 na condução da Mesa de Negociação. Outro informe foi trazido pela assistente social Viviane, com
40 esclarecimentos em relação ao Auxílio Brasil, novo programa de transferência de renda do Governo
41 Federal. A Viviane informou que o Auxílio Brasil veio para substituir o Bolsa Família, que no mês de
42 novembro já foram efetuados pagamentos. Porém como é um programa novo, ainda há muitas
43 dúvidas, assim sendo foi solicitado uma capacitação para o município, contudo o Estado está com
44 dificuldades para conseguir essa capacitação. No momento as informações que se tem são o Decreto
45 e as Portarias, que foram mantidos as condicionalidades e o controle. Havia dúvidas quanto a
46 coordenação intersetorial, estas também serão mantidas pela saúde, educação e assistência. O
47 conselheiro Adrianis colocou que a decisão de ontem torna o Auxílio Brasil permanente, e dentro da
48 previsão da lei e da portaria nº 711 de novembro, o município vai precisar fazer todo o processo de
49 adesão ao benefício. O CEAS está pensando em fazer uma nota técnica para orientar os municípios.
50 Colocou também que o plano intersetorial pode ser pensado a partir do Auxílio Brasil e se as leis de
51 benefícios eventuais serão alteradas também precisa pensar se serão alteradas as nomenclaturas
52 gerais. Outro aspecto é pensar que o IGD passa de IGD BF para IGM – Índice de Gestão
53 Municipalizada, contudo não foi informado o valor a ser aplicado. E questiona quanto manutenção do
54 cadastro único. A assistente social Viviane informou que o plano deverá ser reescrito, até por questões
55 de nomenclatura, havendo ainda dúvidas se deveria ser acrescentado outras pastas em virtude dos
56 outros benefícios que virão, mas no momento conforme está a lei, em virtude das condicionalidades

57 serão mantidas as três pastas, saúde, educação e assistência. Que o termo de aceite que ainda está
58 em elaboração, continua como Programa Bolsa Família, até ter todas as alterações, que ainda não
59 especificam os valores, todavia vai manter o IGD por ser necessário para equipamentos e estrutura.
60 Salientou as dificuldades que estão sendo enfrentadas devido ao aumento da demanda contrapondo
61 a falta de funcionários, pois os entrevistadores tem que necessariamente passar por um curso de
62 capacitação. A informação obtida é de que até abril de 2022 será realizado um curso para capacitar
63 novos entrevistadores. Que por enquanto a estratégia usada tem sido a realização de mutirões aos
64 sábados, ressaltou que o próximo será feito à mão, pois o sistema está fechado. As famílias que
65 estavam recebendo Bolsa Família migraram automaticamente para o Auxílio Brasil. A família do Bolsa
66 Família não precisa atualizar o cadastro único, a família que tem cadastro único e está com os dados
67 atualizados e é perfil precisa aguardar a análise do Governo Federal e a que não está no cadastro
68 único e é perfil precisa ser incluída. A demanda pelo cadastro único que já era grande agora
69 aumentou, porque não existe apenas esse programa, foi veiculado o vale gás e está em veiculação o
70 Comida Boa, que ainda não se tem maiores informações. Fora os demais programas que já existem
71 que são articulados com Cadastro Único. São prestadas todas as orientações, toda a documentação
72 que vem, desde lei e portaria até os informativos, é encaminhada para o pessoal ter conhecimento
73 para orientar a população, mas o momento é de muita preocupação e a população também fica
74 preocupada, devido ao encerramento do Auxílio Emergencial. Quem tem o benefício vai receber, mas
75 quem não tem, não terá o que receber. Próximo informe foi sobre a prorrogação do Acessuas, pelo
76 CNAS até 2026. Foi solicitado a diretoria de Proteção Social Básica que faça o adendo da Resolução
77 49/2021/CMAS no Plano Municipal do Acessuas com prorrogação do prazo e que seja enviado para
78 a gestão municipal do SUAS para que faça as devidas alterações no Plano Municipal de Assistência
79 Social. O próximo informe foi repassado pela conselheira Karina, sobre o plano de reordenamento,
80 onde foi estipulado a data de novembro para apresentar a Central de Vagas, porém ainda não se
81 sabe se todas as instituições de acolhimento entrarão e encaminharão suas propostas, o chamamento
82 está dentro do prazo para encaminhamento de documentações, isso posto, solicitou ao conselho o
83 prazo até 15 de dezembro para a proposta de implantação da central de vagas, visto que até essa
84 data estará definido as entidades que estarão executando esse serviço. Na sequência o presidente
85 sr. Armando informou que o conselho recebeu o ofício 85/2021 da FASPG que tem como assunto
86 Editais de Chamamento, o mesmo tem por objetivo informar que o reajuste salarial previsto pelo
87 SENALBA será de aproximadamente 11%, fato este que tem gerado preocupação por parte das
88 entidades. Assim sendo a Sra. Simone Kaminski presidente da FASPG sugeriu a criação de uma
89 comissão, constituída por um membro do CMAS e da gestão, a fim de apurar o valor necessário para
90 atender esse reajuste proposto pelo SENALBA.. Os conselheiros Laerte e Armando se propuseram a
91 participar da referida comissão. O presidente questionou quanto a possibilidade de os conselheiros
92 participarem do processo de seleção das entidades nos editais de chamamento. A conselheira Lucília
93 informou que há impeditivo na lei 13.019 pelo fato dos conselheiros terem vínculo com as entidades
94 participantes do edital, que não teria como os envolvidos participarem da seleção das suas próprias
95 propostas. Foi indagado se os conselheiros que não possuem vínculo com as entidades poderiam
96 participar do processo de seleção ou da próxima etapa, da divisão das metas. A conselheira responde
97 que a maioria dos conselheiros não governamentais tem vínculo com as entidades e que poderia
98 verificar se é possível a participação na etapa da divisão de metas. A Secretária Thais lembrou que a
99 conselheira Ana Paula Ohata gostaria de fazer um informe ao conselho e passou a palavra para a
100 conselheira, esta deu a conhecer o conselho que a Entidade Casa Transitória Fabiana de Jesus
101 recebeu o prêmio de responsabilidade social Zilda Arns, pela Associação de Marketing do Estado do
102 Paraná, o prêmio foi no valor de R\$ 10.000,00 depositados para a entidade, em virtude dos trabalhos
103 desenvolvidos na geração de renda. Informou que no ano que vem terá novamente e será possível
104 indicar as entidades do município que desenvolvem ações nesta área. Próximo item da pauta é o 4-
105 Relato da Comissão de Documentação e Cadastro de Entidades sobre: 4.1 - Aprovação da
106 manutenção da inscrição CMAS, 10 entidades (Paulo de Tarso, SOS, GAAN, Renascer, Melhor Viver,
107 LBV, CIEE, Tio Barros, Associação Amigos da Pessoas Idosa, Instituto João XXIII). A secretária Thais
108 informou que foi elaborada uma resolução prévia com todas as entidades, onde estão em destaque
109 as entidades que ainda não entregaram a documentação. Salientou que o conselho realizou
110 aprovações em setembro e outubro, e no mês de novembro serão 10 entidades para aprovação. O
111 presidente Sr. Armando lembrou que a plenária de dezembro está prevista para o dia 16, e as
entidades que forem aprovadas até esta data estarão com a renovação garantida e as demais terão

113 que aguardar até fevereiro, haja vista a não realização de plenária em janeiro. Das entidades que
114 apresentaram a documentação, o GAAN não obteve aprovação e o conselho realizará uma orientação
115 a entidade, o CIEE e Tio Barros será solicitado complementação de documentação. Quanto a Casa
116 Transitória Fabiana de Jesus, na data de 24 de novembro, a comissão demoveu a inscrição conforme
117 Resolução nº 33/CNAS e serão inscritos de acordo com a Resolução nº 27/CNAS em dois blocos,
118 Inovação e Defesa e Garantia de Direitos. A secretária Thais questionou o conselho sobre a resolução
119 da manutenção de inscrição das entidades, se parcial ou se deve aguardar todas as entidades
120 entregarem a documentação para elaborar resolução. O conselho optou por aguardar e o conselheiro
121 Adrianis apenas lembrou de mudar a resolução da Casa Transitória e enviar e-mail avisando as
122 entidades da recomendação de enviar os documentos antes do término do prazo para que possa
123 passar por análise e todas obtenham seus certificados. Próximo assunto 5- Relato da Comissão de
124 Acompanhamento do Fundo Municipal de Assistência Social: 5.1. Apreciação do Relatório da
125 Movimentação Financeira do FMAS de novembro 2020 a outubro 2021 dos Recursos Federais e
126 Estaduais. A conselheira Karina informou que a comissão se reuniu no dia 18 de novembro e estavam
127 presentes os membros da sociedade civil e do governo, os conselheiros: Adrianis, Senhor Armando,
128 Valquíria, Karine, Tatyana, a Diretora do Fundo Municipal de Assistência Social e a secretária
129 executiva Thais. Explicou que a tabela apresentada compreende os valores de novembro de 2020 a
130 outubro de 2021 de cada fonte e tem o seu descritivo abaixo do que foi utilizado. De forma geral o
131 conselho já aprovou as prestações de contas das verbas estaduais, informa que a comissão já avaliou
132 toda essa descrição e se coloca à disposição para esclarecimentos se alguém tiver alguma dúvida
133 específica. Informou que dessa reunião teve origem uma solicitação do conselheiro Adrianis para que
134 seja encaminhado ao conselho relatório também dos recursos próprios de 2021. O conselheiro
135 Adrianis colocou que quando se olha para as contas de Fundo Municipal e agora com a reforma
136 administrativa, chama à atenção na prestação de contas algumas questões, como o alto custo com
137 alugueis, o que leva a crer que devemos pensar em prédios próprios, que o Centro Pop, as duas
138 unidades de CREAS, do Abrigo Institucional para adolescentes, tem um valor de aluguel quase na
139 monta de R\$ 1.000.000,00. Depois, alguns custos operacionais que foram visualizados e que foram
140 justificados como por exemplo R\$ 149.000,00 de Coffee Break, para as atividades festivas no
141 acolhimento, plenamente justificado, se queremos tornar esses acolhimentos o mais próximo da ideia
142 de família. E por fim a não apresentação da Fonte 1000 para este conselho. Se o FMAS tem a função
143 de gerir os recursos da assistência social, o que é colocado da fonte 1000 também deve ser prestado
144 contas a este conselho, porque faz parte do orçamento da assistência e o conselho acabou de aprovar
145 o PPA e a LOA 2022. Relatou que ficou surpreendido com a notícia de que o diretor da fonte 1000
146 está apartado do fundo, porque não tínhamos essa informação. Ressaltou que no geral melhorou
147 muito a aplicação dos recursos no comparativo com os outros anos, tivemos contas que zeraram
148 porque o recurso foi usado, isso é muito positivo e grande parte do saldo já está empenhado para
149 2022, pouco mais de R\$ 350.000,00 para repasse as entidades. Antes de ontem foi a entrega dos
150 EPI's que foram comprados com o recurso Covid e a PSB gastou tudo aquilo que estava proposto,
151 inclusive com empenho bastante alto já para o ano que vem. E enalteceu que foi acertado quando se
152 previu que depois de um tempo a FASPG traria mais celeridade na gestão do recurso público,
153 sobretudo os recursos que vem do fundo nacional e estadual. Comentou que a resolução pode ser
154 aprovada com a ressalva de o conselho não ter recebido a prestação de contas da fonte 1000. A
155 conselheira Karina comentou se seria o caso de aprovar com ressalva esta resolução, uma vez que
156 não havia anteriormente a indicação de prática de apresentação desta prestação de contas, e sim
157 seja feita uma recomendação para que a partir de agora seja encaminhado esta prestação de contas.
158 Conselheiro Adrianis levantou um questionamento de que se a gestão sabe o que é prática ou se ela
159 nunca leu a Política Nacional de Assistência e a Gestão de Fundos. O senhor presidente colocou que
160 se a legislação pede e deixou de se fazer, por desconhecimento e não por má fé, mas que agora haja
161 essa notificação. O presidente submeteu o relatório para aprovação do conselho. A conselheira Karina
162 observou que em dezembro será apresentado a prestação de contas em relação a Portaria 369/2020,
163 que são os recursos do Covid, do Governo Federal, bem detalhadamente. Não havendo nenhuma
164 manifestação contrária nem questionamento, foi aprovado o relatório por unanimidade. O próximo
165 tópico da pauta é o 6 – Relato da Comissão de Acompanhamento do SUAS: 6.1 – Apreciação do
166 Censo SUAS – Conselho. O coordenador da comissão conselheiro Adrianis informou que a secretária
167 executiva fez o preenchimento do Censo SUAS 2021 da parte do conselho, a qual é estritamente
168 administrativo. Foi apresentado o Censo com as respostas aos conselheiros e realizada uma rápida

169 leitura aos conselheiros e informando que o prazo é até 10 de dezembro. O último assunto da pauta
170 é a proposta de alteração da plenária para dia 16 de dezembro de 2021. Aprovado pelo pleno por
171 unanimidade. A secretária Thais alertou que todas as demandas que precisarem passar pelo conselho
172 e/ou precisem de resolução devem ser encaminhadas com a maior brevidade, para que haja tempo
173 hábil de deliberação nas comissões e elaboração de pauta pela Mesa Diretiva. Esgotados os assuntos
174 da pauta, o presidente Armando Madalosso Vieira encerrou a reunião agradecendo a presença de
175 todos. Esta ata foi transcrita e redigida pela agente administrativa Maria Aparecida da Silva, e revista
176 pela secretária executiva Thais do Prado Dias Verillo, após aprovada segue assinada pelos
177 conselheiros presentes.

178 Thais do Prado Dias Verillo _____

179 CPF: 042.454.089-44

180 Lucília do Rocio Lopes de Andrade _____

181 CPF: 741.811.819-87

182 Monica Mongruel _____

183 CPF: 787.741.959-72

184 Karina Teresinha Muehlbauer _____

185 CPF: 039.183.429-05

186 Leni Aparecida Viana da Rocha _____

187 CPF: 319.665.009-04

188 Deborah Maria Diretrich Lechiu _____

189 CPF: 038.563.399-81

190 Beatriz de Souza _____

191 CPF: 587.082.009-04

192 Laerte Bittencourt Filho _____

193 CPF: 442.362.639-04

194 Camila Gomes de Barros _____

195 CPF: 087.935.699-55

196 Adrianis Galdino da Silva Junior _____

197 CPF: 026.899.729-21

198 Valquíria Verwiebe _____

199 CPF: 024.349.949-38

200 Ana Paula Almeida Rocha Ohata _____

201 CPF: 006.813.599-86

202 Armando Madalosso Vieira _____

203 CPF: 039.123.969-49

204 Beatriz Martins Ciriaco de Francisco _____

205 CPF: 003.910.809-03

206 Silmara Raquel Chagas de Freitas _____

207 CPF: 024.739.409-24

208 Cleuci Mara Barbosa Martins _____

209 CPF: 004.194.489-50